



BOLETIM DA JUSTIÇA — E DOS — DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



EDIÇÃO Nº 09 - 2019

As marcas da saudade e os novos desafios



Nova era com registos na mira



Excelência Sr^o Provedor de Justiça;
Excelência Sr^o Vice-Governador da
Província do Huambo;
Digníssimo Sr^o Procurador Geral-
Adjunto em representação do Pro-
curador Geral da República;
Senhor Secretário de Estado da Jus-
tiça e Senhora Secretária de Estado
dos Direitos Humanos e Cidadania;
Meritíssimos Juizes presentes neste
XIV Conselho Consultivo;
Digníssimos Procuradores;
Senhores Delegados Provinciais da
Justiça e dos Direitos Humanos;
Senhores Directores Nacionais;
Senhores convidados a esta cerimó-
nia, designadamente Unicef e o
PNUD;
Meus prezados colegas, minhas se-
nhoras e meus senhores;
Sob o lema “Com Transparência,
Lealdade e Rigor, Melhoremos os
Serviços de Registo Civil e do Nota-

riado”, realizámos o XIV Conselho
Consultivo do Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos.

Os resultados alcançados com este
evento, e que são visíveis através do
comunicado final que acabámos de
ouvir e aprovar para adoptarmos, in-
dicam-nos que foram positivos. Re-
flectimos sobre os problemas inte-
ressantes e importantes para a nossa
vida diária, designadamente quanto
aos Registos e Notariados que mui-
to preocupam a sociedade angolana
e, sobretudo, os cidadãos que não
têm Assento de Nascimento nem Bi-
lhete de Identidade.

Reflectimos sobre a autonomia dos
Tribunais de primeira instância e o
processo de transição para a concre-
tização dessa autonomia, reflecti-
mos sobre as questões orçamentais
e, também, sobre a forma como da-
qui para a frente teremos que enca-
rar e resolver as resoluções que
saem dos Conselhos Consultivos e,
portanto, penso que o XIV Conse-
lho Consultivo revestiu-se de êxi-
tos.

Para que isso acontecesse, foi preci-
so o empenho e a dedicação de mui-
tas pessoas e entidades e eu gostaria
de começar por agradecer o empe-
nho e a hospitalidade do povo do
Huambo.

Na verdade, gostaria de dirigir à Se-
nhora Governadora da Província do
Huambo, que representa o povo do
Huambo, os nossos agradecimentos
pelo acolhimento, pelo carinho e pe-

la criação das condições para que
nos sentíssemos aqui no Huambo
como em nossa própria casa. E sen-
timo-nos muito bem, com um gran-
de envolvimento e carinho de todos.
Os nossos agradecimentos à Senho-
ra Governadora.

Queremos também dirigir um agra-
decimento ao Senhor Delegado Pro-
vincial da Justiça e dos Direitos Hu-
manos do Huambo, que é o nosso
anfitrião do ponto Institucional, pe-
lo empenho que mostrou em todos
os momentos da preparação deste
importante evento.

Queremos agradecer aos Juizes e
Procuradores que se dignaram a
aparecer e connosco partilhar os
problemas da Justiça, de modo a po-
dermos olhar para o futuro, de mo-
do coeso, unido e sempre com base
no interesse fundamental do Estado
Angolano e do povo.

Queremos agradecer aos Delega-
dos provinciais que vieram das suas
províncias de jurisdição, para traze-
rem as suas preocupações e darem
as suas contribuições para nos aju-
darem a perceber os problemas que
se vivem em cada uma das suas ju-
risdições e juntos procuramos en-
contrar as soluções.

Agradecemos a todos os participan-
tes, que permitiram que este evento
fosse um êxito e que saíssemos da-
qui com resultados concretos pela
sua participação e pela sua entrega.
Queremos particularmente agrade-
cer aos prelectores, que com o seu

talento e com à sua dedicação trouxeram os temas que animaram os nossos debates e nos permitiram conhecer de forma mais técnica, mais autorizada administrativamente os problemas que são de todos nós e com isso dar-nos a oportunidade de discutir de forma organizada e produtiva.

Agradecemos aos moderadores, pela maneira como equilibraram o debate e introduziram disciplina na forma como nos comportamos durante todo o trabalho a volta dos temas.

Queremos dirigir um agradecimento e reconhecimento a Comissão organizadora. A Comissão organizadora fez um trabalho verdadeiramente louvável, não só por terem inovado nos mecanismos de organização, como também por ter apresentado soluções, tanto do ponto de vista técnico como administrativo e financeiro, inovadoras que inauguraram uma nova forma de organizar os nossos Conselhos Consultivos. Saiu um Conselho bem organizado, mas mais barato do que os anteriores. Hoje em dia isso é muito importante.

Queremos agradecer à Comissão de Redacção, por ter um trabalho que acabou por refletir a vontade de todos nós, acabou por refletir o que todos nós esperávamos que fossem as nossas conclusões e recomendações.

Queremos agradecer também ao Protocolo e a Segurança, pelo trabalho que fizeram na movimentação de todos nós, na facilitação da acomodação, no apoio protocolar a entidades e na ajuda que prestaram a todos nós, de modo a que todos nos sentíssemos confortáveis neste evento.

À Segurança que não é visível mas se sente porque está presente, quer internamente quer externamente no perímetro, também dirigimos o nosso agradecimento.

Dirigimos também uma saudação à gestão deste local, do Paraíso da Chiva, pelas interessantes condições que criaram aqui neste recanto da cidade do Huambo e pelas condições maravilhosas que têm para albergar acontecimentos desta natureza. Queremos encorajar à gestão do Paraíso da Chiva a continuar a trabalhar para engrandecer o turismo na cidade do Huambo e na província em geral.

Terminamos o nosso XIV Conselho Consultivo e agora vamos cada um de nós para os nossos postos de trabalho. Quero desejar aos que vieram de longe um bom regresso à casa e que sintam, quando chegarem à

casa, que valeu a pena vir a este XIV Conselho Consultivo Alargado. Faço votos para que tenham bom trabalho e que os resultados do XIV Conselho Consultivo sirvam para melhorar a prestação do vosso empenho e do vosso trabalho aí nos postos que ocupam.

Termino, agradecendo, mais uma vez, à Sra Governadora, bem representada pelo Sr^o Vice-Governador, e desejando a todos muitas felicidades e bom trabalho no futuro!

Viva Angola!

Viva os trabalhadores da Justiça!

2019 ano dos Registos e do Notariado,
2019 ano dos Registos e do Notariado!

Muito Obrigado!



Conselho Consultivo realizado no Huambo

As novas linhas orientadoras

1. Nos dias 29 a 30 de Abril de 2019, realizou-se no Complexo Paraíso da Chiva, Bairro da Chiva, Província do Huambo, o XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, sob o lema “Com Transparência, Lealdade e Rigor, Melhoremos os Serviços de Registo Civil e do Notariado”, sob a direcção de Sua Excelência Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Manuel Monteiro de Queiroz.

2. Estiveram presentes, Suas Excelências a Governadora da Província do Huambo, Dr.^a Joana Lina Baptista Cândido; Sr.^a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dr.^a Ana Celeste Januário; Sr. Secretário de Estado para a Justiça, Dr. Orlando Fernandes; o Digníssimo Provedor de Justiça, Dr. Carlos Alberto Ferreira Pinto; o Digníssimo Vice-Procurador Geral da República, Dr. Luís da Assunção da Mota Liz; o Digníssimo Procurador-Geral Adjunto da República, Dr. Luciano Cachaca Kumbua, em representação de Sua Excelência Procurador-Geral da República, o Dr. Manuel Cangombe, Director dos Serviços Administrativos do Tribunal de Contas, em representação da Veneranda Juíza Presidente daquela instituição; o Dr. Francisco Carvalho Neto, Assessor em representação do Secretário do Presidente da República para os Assuntos Judiciais e Jurídicos; Meritíssimos Juízes Presidentes dos Tribunais Provinciais, Magistrados Judiciais e do Ministério

Público, Dr. Henrik Larsen, em representação do PNUD, a Dr.^a Patrícia Portela de Souza, em representação do UNICEF, o Dr. Fernando da Paixão, Director Nacional do Registo Eleitoral (MATRE), Directores Nacionais, Delegados Provinciais da Justiça e dos Direitos Humanos, Coordenadores Provinciais dos BUE's, Chefes de Departamento, Técnicos, Oficiais e funcionários do MJDH, bem como ilustres Convidados.

3. O Discurso de Boas Vindas foi proferido por Sua Excelência Sr.^a Governadora da Província do Huambo, que começou por saudar os participantes do XIV Conselho Consultivo Alargado do MJDH. Reforçou a importância histórica que a Província do Huambo tem desempenhado no âmbito da formação e capacitação de quadros que contribuem para a edificação da Justiça no seu todo.

4. No seu discurso de boas vindas, a Sra. Governadora referiu que com a escolha do Lema, o Ministério demonstra que tomou nota das preocupações manifestadas pelas populações em matéria de registo civil e notariado, bem como de identificação civil, solidarizando-se com a preocupação deste sector para aproximar os serviços das populações e para a melhoria do atendimento.

5. Mencionou que os interesses e preocupações das populações deverão sempre ser tomadas em primeira

linha se queremos a consolidação de um país mais justo, democrático e plural.

6. O Discurso de Abertura foi proferido por Sua Excelência Sr. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz, que começou por reiterar os cumprimentos e agradecimentos a todos os participantes do XIV Conselho Consultivo.

7. Passou em revista os objectivos do Conselho Consultivo, o qual se propõe reflectir sobre as realizações verificadas entre o presente Conselho Consultivo e o antecedente, os desafios do sector da Justiça e as perspectivas para os próximos tempos.

8. Referiu que a escolha do lema do XIV Conselho Consultivo evidencia o carácter de prioridade que o Ministério dará ao sector dos Registos e do Notariado, no presente ano e nos subsequentes, sem contudo deixar de evidenciar os inúmeros constrangimentos que assolam as múltiplas frentes deste vector de actuação do Ministério.

9. As dificuldades verificam-se com maior enfoque no Registo Civil, nomeadamente o aumento da capacidade de resposta para fazer face ao substrato demográfico nacional, em crescimento regular, a contratação de uma nova consultora tecnológica, o reforço e optimização das soluções tecnológicas de funcionamen-

to e interligação dos serviços, o reforço das condições de segurança contra duplicações e fraudes registrais e o esforço de fiscalização assertiva contra as iniciativas de falsificação, burocratização e corrupção no sector.

10. Realçou a importância da adopção de um plano de medidas de reforço e conformação da capacidade de resposta do Sector dos Registos e do Notariado para com as metas do PDN 2018 – 2022, referindo que algumas soluções estão já no início da sua implementação, como é o caso das reformas tecnológicas, da introdução dos Balcões Únicos de Atendimento Público (BUAP), da contratação de uma nova Consultora Tecnológica, e da promoção de uma cultura de moralização em reforço da transparência, lealdade e rigor na prossecução das actividades do sector.

11. Mencionou que o sector dos recursos humanos merece igualmente uma atenção especial, com destaque para a necessidade de conclusão do Concurso Público promovido em 2018, nas vertentes de transição e promoção, cuja tramitação corre agora em sede do Tribunal de Contas. Ressalvou que a conclusão desta fase servirá de base para a abertura da próxima fase.

12. Referiu-se sobre a abertura do Guiché Único da Empresa Online, para implementação ao nível nacional, da abertura do GUE – AIPEX, especialmente voltado para o investidor privado, a reestruturação do atendimento presencial e a redução do período para a constituição de empresas, como avanços do sector importantes de se referenciar.

13. No quadro do combate à corrup-

ção e a outros males conexos, referiu que o sector tem desenvolvido esforços no sentido da optimização do quadro legal (com destaque para as reformas legislativas em curso) e de recursos humanos para a melhoria das acções de prevenção e combate à criminalidade grave e complexa. As acções de formação especializadas desenvolvidas pelo Ministério no âmbito do PACED-PA-LOP/TL, a campanha de moralização no Sector da Justiça e o incremento das acções de fiscalização e disciplinares no âmbito da Inspeção-Geral, concorrem igualmente para os esforços de concretização do objectivo.

14. Colocou em evidência que a Reforma da Justiça e do Direito conheceu concretizações históricas, quer no plano legislativo, quer no plano institucional, aqui destacando o início do plano de implementação dos Tribunais de Comarca do País, a perspectiva de implementação para breve dos Tribunais da Relação, e a transferência da gestão administrativa, financeira, patrimonial e dos recursos humanos para os Tribunais.

15. A identificação civil e criminal apresenta resultados bastante positivos, sem prejuízo dos constrangimentos vivenciados, e a construção do Centro Nacional de Impressão do Bilhete de Identidade, do centro de back-up e a implementação dos BUAP's certamente hão-de reforçar o sector.

16. Realçou a importância do sector dos Direitos Humanos, que ficou especialmente marcado pela apresentação da Estratégia Nacional para os Direitos Humanos e a proposta do Prémio “4 de Abril para os Direitos Humanos”, pela bem conseguida

defesa do Relatório sobre o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e pela ronda de Diálogos com a União Europeia e os Estados Unidos da América, em matéria de Direitos Humanos.

17. Concluiu o seu discurso referindo que o Ministério não concretizou todas as recomendações do XIII Conselho Consultivo Alargado, por constrangimentos de ordem financeira.

18. Durante os 2 (dois) dias de trabalho foram apresentados e debatidos vários temas, em sede dos quais os participantes deste evento propuseram-se a reflectir sobre as realizações do Ministério no exercício passado, os desafios e perspectivas do sector da Justiça para os próximos tempos.

19. No primeiro dia de trabalhos foram analisadas um total de 10 (dez) apresentações subdivididas em 4 (quatro) painéis, nomeadamente:

- Painel I - Balanço, com 3 (três) temas;
- Painel II – Registos, Notariado e Bilhete de Identidade, com 2 (dois) temas;
- Painel III – Recursos Humanos, com 3 (três) temas; e
- Painel IV – Moralização, com 2 (dois) temas.

20. No segundo dia de trabalhos foram analisadas 4 (quatro) apresentações, com as respectivas sessões de debate, nomeadamente:

- Tema I - O Código Penal no quadro da Reforma da Justiça;
- Tema II - O Modelo de Implementação dos BUAP's;
- Tema III - A Autonomia dos Tribunais;
- Tema IV - A Estratégia de Comunicação Institucional do Ministério.

Após a apresentação e discussão dos temas o Conselho Consultivo chegou às seguintes conclusões e recomendações:

Conclusões:

1. A exiguidade da dotação orçamental, tem sido um factor de estrangulamento da execução do OGE, condicionando a realização de investimentos no Sector;

2. Em razão do contexto macroeconómico que o país atravessa, o balanço do ano de 2018 não foi integralmente positivo, na medida em que, alguns projectos programados não foram executados por falta de cabimentação financeira, assim como de um alinhamento rigoroso com as métricas do PDN 2018 – 2022, em razão deste entrar em vigor muito depois da aprovação do OGE 2018;

3. A cultura comportamental dos funcionários tem sido aceitável, visto que as infracções mais cometidas reduziram substancialmente, e nota-se também um certo receio, por parte dos funcionários que muitas das vezes aceitavam propostas impróprias de utentes;

4. Ao longo dos últimos anos, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) implementou um conjunto de medidas destinadas à melhoria dos serviços prestados pela Direcção Nacional dos Registos e do Notariado (DNRN);

5. O registo civil é uma área que merece atenção redobrada. É crucial a promoção e implementação de acções que garantam o acesso ao registo de nascimento de todos os cidadãos, independentemente da idade;

6. A aprovação do Novo Código Penal é uma conquista de todos os Angolanos, e o Ministério deverá prosseguir com o exercício de acompanhamento, divulgação e formação dos operadores da justiça e do direito, face as inovações que a mesmo introduz;

7. O XIV Conselho Consultivo tomou conhecimento de que está para breve a concretização da autonomia administrativa e financeira dos tribunais, correndo institucionalmente os trâmites para a transferência da gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos para o domínio do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Recomendações:

1. Organizar as recomendações do presente Conselho Consultivo por serviços, por forma a facilitar o exercício de acompanhamento do grau de cumprimento;

2. Criar uma base de dados conjunta para inserção do suporte informativo resultante do Conselho Consultivo, e viabilizar o acesso institucional da informação considerada;

3. Definir um plano objectivo de contratação de serviços para assegurar a execução integral dos programas do PDN 2018 – 2022, voltados para o Sector da Justiça e dos Direitos Humanos;

4. Incluir a construção do Tribunal Provincial de Malanje na planificação dos projectos ao nível do PDN, visando concluir o processo de construção da infraestrutura;

5. Concluir o Programa de Reforma

do Cofre Geral da Justiça (CGJ);

6. Implementar maior rigor, disciplina e realismo na execução do OGE, pelas Unidades Orçamentais, com o intuito de superarmos o actual quadro macroeconómico;

7. Promover mais formação e capacitação dos funcionários do Sector;

8. Criar uma base de dados única para cada especialidade de serviço, designadamente os registos civil, predial, comercial, automóvel e o Notariado, que comuniquem entre si e estejam interligadas com outras bases de dados existentes (DNAICC, CNE, AGT, DNVT, INSS, SME, etc);

9. Registrar todos os cidadãos inseridos na base de dados da CNE, em articulação com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado;

10. Descentralizar a chancela dos livros e Assentos do Registo e Notariado por forma a dinamizar e facilitar o desenvolvimento dos trabalhos;

11. Assegurar o desdobramento dos serviços de Registo Civil a nível dos Municípios para o nível das Comunas, e destas para o nível das Aldeias;

12. Adquirir Sistemas Fotovoltaicos Autónomos para as repartições situadas nas zonas longínquas, com inexistência ou sérias debilidades no fornecimento de energia eléctrica e fornecimento de combustível;

13. Assegurar a construção de repartições com o apoio dos Governos Provinciais, nos municípios onde

não existem os serviços de identificação civil e criminal, e o seu apetrechamento técnico pelo MJDH;

14. Desenvolver contactos ao mais alto nível para obtenção da decisão final do Ministério da Defesa Nacional, relativamente aos dados dos pensionistas e ou dos efectivos das FAA, no Bilhete de Identidade Integrado;

15. Aprovar os quadros sinópticos dos serviços, visando reorganizar o modelo de redistribuição e colocação dos Recursos Humanos, quer ao nível provincial, quer ao nível da afectação aos serviços;

16. Aprovar a proposta de Diploma de Mérito dos funcionários;

17. Acautelar, no âmbito da estratégia de recursos humanos, as condições de reforma do funcionário, com destaque para a condição social e de sustentabilidade;

18. Criar Comissões Provinciais de Avaliação de Desempenho dos funcionários do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e desconcentrar a competência das avaliações de desempenho para as mesmas;

19. Assegurar a participação dos múltiplos sectores na composição da Comissão de Júri nos concursos de provimento de recursos humanos;

20. Criar uma vitrine digital dos Recursos Humanos;

21. Criar e implementar um sistema de avaliação dos oficiais de justiça a partir de uma visão da gestão por objectivos, isto é, fixando métricas aos serviços e a cada funcionário do quadro de pessoal;

22. Reactivar a base de dados do sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos;

23. Realizar ciclos de formações que permitam a padronização e uniformização dos procedimentos no que tange aos actos praticados nos serviços de justiça com maior realce, para os actos dos Registos e do Notariado;

24. Estudar e propor modelos de intercâmbio e cooperação internacional com vista a melhorar o desempenho, desenvolvimento e as competências dos profissionais da justiça;

25. Ponderar sobre a criação de centros móveis e regionais de formação, conservatórias e postos de identificação civil e criminal simulados, para potenciar a formação geral e on-job dos oficiais de justiça e dos demais operadores;

26. Interagir com as áreas técnicas e serviços de especialidade para efeitos de avaliação das denúncias motivadoras da abertura dos processos disciplinares;

27. Assegurar o desenvolvimento dos projectos assumidos pela Caixa de Previdência da Justiça, com prioridade para a assistência no domínio da Saúde;

28. Implementar a estratégia para o combate à corrupção e à impunidade a nível das Delegações Provinciais, no período entre 13 de Maio a 19 de Setembro do corrente ano, com início na província do Bengo;

29. Colocar cartazes e roll-ups, com dizeres contra a corrupção nos postos de serviços das Delegações Provinciais e os postos de serviço em Luanda, que não foram contemplados no ano passado, bem como nas principais artérias e pontos da cidade de Luanda;

30. Preparar um Plano de Divulgação e Formação Nacional sobre o Código Penal;

31. Promover a criação e implementação de um programa de formação dos operadores para efeitos de operacionalização dos BUAP's;

32. Dar continuidade ao processo de transferência da gestão administrativa, financeira, patrimonial e de recursos humanos para o domínio do CSMJ;

33. Reforçar a comunicação institucional interna e externa do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Após a leitura das conclusões e recomendações, Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos proferiu o discurso de encerramento do XIV Conselho Consultivo.

Huambo, aos 30 de Abril de 2019.

Momentos inolvidáveis



Imbuídos pelo espírito de sentimento de dever cumprido, os participantes ao XIV Conselho Consultivo do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos regressaram as suas áreas de jurisdição, prontos para arregaçarem as mangas e embrenharem-se na ingente tarefa de materializar as recomendações saídas do fórum.

Enquanto os autocarros idos de Luanda realizavam a operação inversa, na mesma rota utilizada para chegar a província do Huambo, os participantes oriundos de outras províncias tomaram sentidos diferentes. Os das províncias mais próximas do Huambo partiram com viaturas próprias ou do serviço e os das mais distantes, por via aérea. Mas todos partiram ao mesmo tempo, às 8 horas, depois do pequeno almoço.

Para trás ficou a saudade dos momentos inolvidáveis vividos na acolhedora cidade do Huambo, cujo clima dispensa qualquer comentário, sobretudo nes-

ta altura do ano.

Para os participantes idos de Luanda, a viagem de regresso consumiu mais tempo do que a do dia anterior. Os baixos preços dos produtos, sobretudo os do campo, motivaram várias paragens

no percurso. Todos queriam fazer compras e levar para casa o que não encontram ao mesmo preço na capital. Os mais desajeitados ligavam para as esposas a pedir conselhos sobre o que comprar e ainda assim viam-se à nora





com a pressões das vendedoras, que queriam fazer a vida somente naquele dia, pois não é sempre que aparecem clientes em grande número e com tamanha avidez. Três autocarros adstritos à empresa Macon perfilados à espera dos passageiros satisfazerem os seus desejos, para depois seguir viagem.

As senhoras da caravana desvencilhavam-se com grande facilidade e não se deixavam levar pelo momentâneo aproveitamento de algumas vendedoras, que experimentavam alguma subida nos preços para iludir os mais incautos, sobretudo os homens pouco experimentados nessas lides de mercados e compras domésticas.

Bata rena, abacate, alho, limão, tomate, cebola e cenoura, eram, entre outros, os produtos mais solicitados pelos passageiros que seguiam viagem rumo a Luanda.

A viagem propiciou ainda outros momentos, particularmente interessantes como o de alguns integrantes da caravana fazerem a devida vénia a terra que os viu nascer, indicando os local onde ficou enterrado o cordão umbilical, gesto invejável e bonito de se ver.

Grupo de avanço

O grupo de avanço precisou ficar mais um dia no Huambo, para atratar das arrumações finais e cuidar para que nada ficasse fora do lugar. Uma equipa vencedora, de se lhe tirar o chapéu, a julgar pelos resultados positivos notários e reconhecidos por todos.



Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promove **Mesa redonda** **sobre liberdade de imprensa**

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou, no dia 2 de Maio, às 09H:00, no auditório do Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR), em Luanda, uma Mesa Redonda sobre O Papel da Imprensa na Promoção e Protecção dos Direitos Humanos.

O acto foi presidido pelo Secretário de Estado Para a Justiça, Orlando Fernandes, que esteve ladeado do Ministro da Comunicação Social, João Melo, e do Embaixador do Reino da Noruega.

A Mesa Redonda realizou-se no âmbito do Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, comemorado

a 3 de Maio, e contou com a presença de prelectores angolanos, noruegueses e portugueses que abordaram temas relacionados com A Situação da Liberdade de Expressão no contexto Mundial, apresentado por Joachim Nahen; O Contexto Regional da Liberdade de Informação e Comunicação; A liberdade de imprensa em Angola, percurso histórico, Albino Carlos; Direitos Humanos e Liberdade de Expressão em Angola, a Luz da Legislação vigente, Manuel Bambi, e Situação da comunicação em Angola, desafios e oportunidades, Eduardo Magalhães.

Enquadrado no Projecto “Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos”, financiado pela Embaixada do Reino da Noruega em Angola, com foco na formação e capacitação de quadros nacionais e parceiros estratégicos em matéria de Direitos Humanos, o evento contou com a participação de jornalistas dos diferentes órgãos de comunicação social, técnicos de diferentes departamentos ministeriais, Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área dos Direitos Humanos, representantes das universidades e estudantes.



Lazer e entretenimento

Justiça ergue troféu no Cuanza Sul

Os funcionários de justiça acabam de dar mostras de possuir outras valências. No passado fim-de-semana, a equipa de futebol salão adstrita a Delegação Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos do Cuanza Sul tornou a campeã Provincial daquela modalidade.

Uma alegria para a equipa vencedora e para toda a família da justiça, representada pelos nossos bravos rapazes. Felicitações e muitas felicitações. O exemplo será seguramente seguido por outras Delegações.



Aniversariantes de Abril

Completaram no mês passado mais um ano de vida, quatro funcionários do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII), que pelo facto foram felicitados pelos colegas de trabalho, com brindes e um almoço de confraternização. Tratam-se dos funcionários **Maria Odeth Pina**, **Alda Maria**, **Maria Helena** e **Ladislau Ângelo**. A equipa do **Boletim da Justiça** deseja a esses técnicos longos e felizes anos de vida, com muita paz saúde e prosperidade.



Interessado? Contacte o GCII/MJDH para a divulgação do seu aniversário



DENUNCIE

937 50 76 76

Diga não a corrupção